

# Audiência Pública: os efeitos da variabilidade climática na Amazônia brasileira

# Emissões de gases de efeito estufa

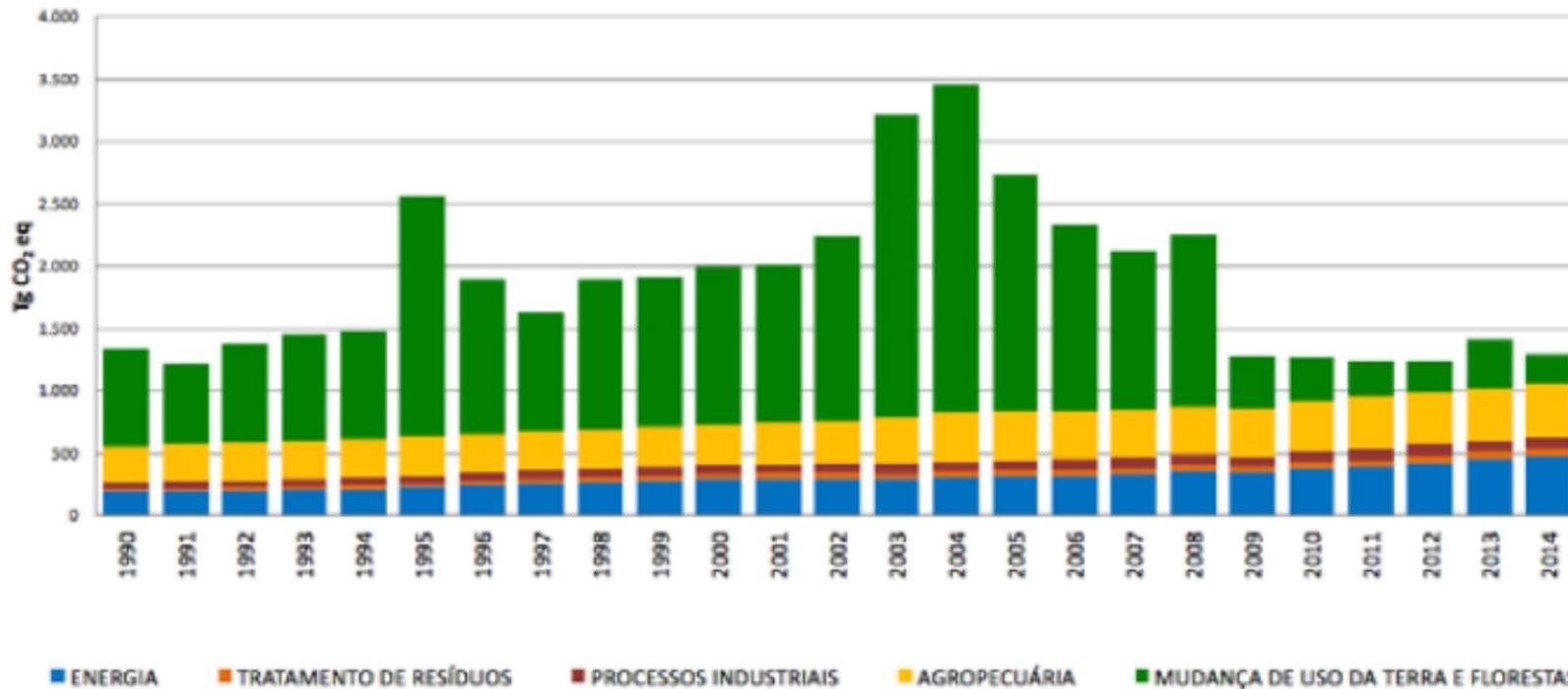
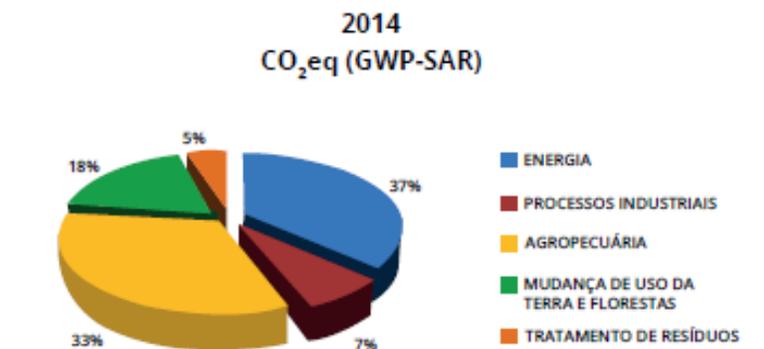
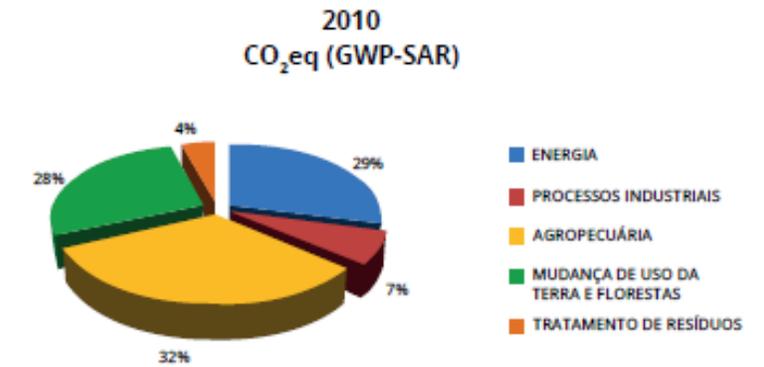
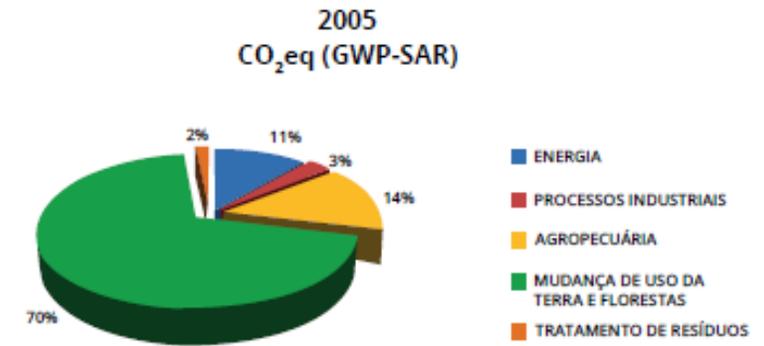
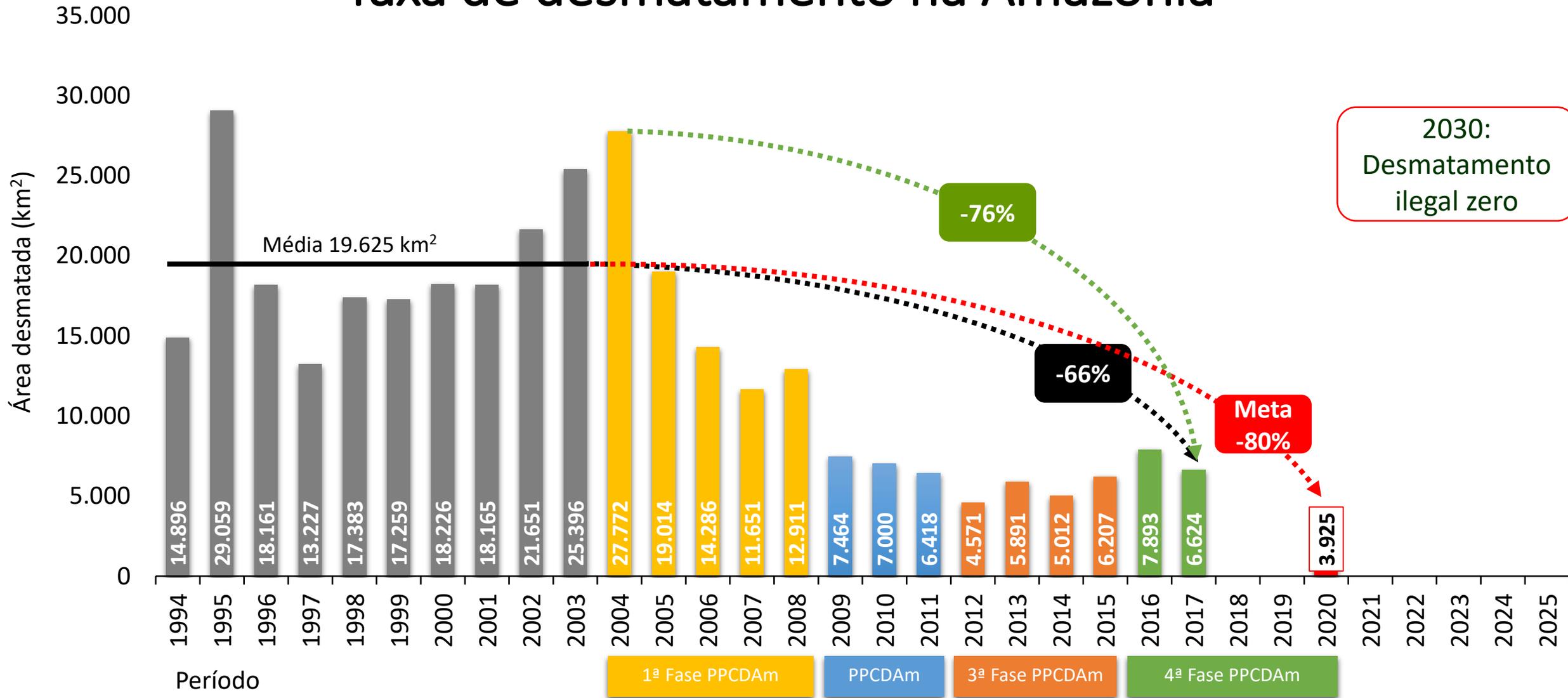


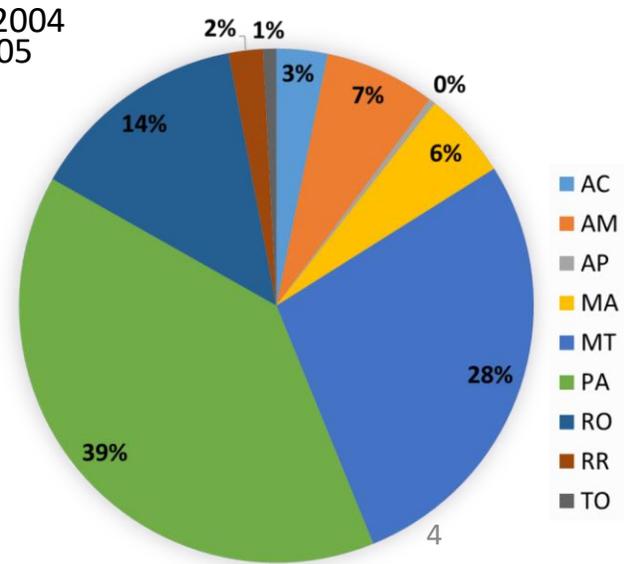
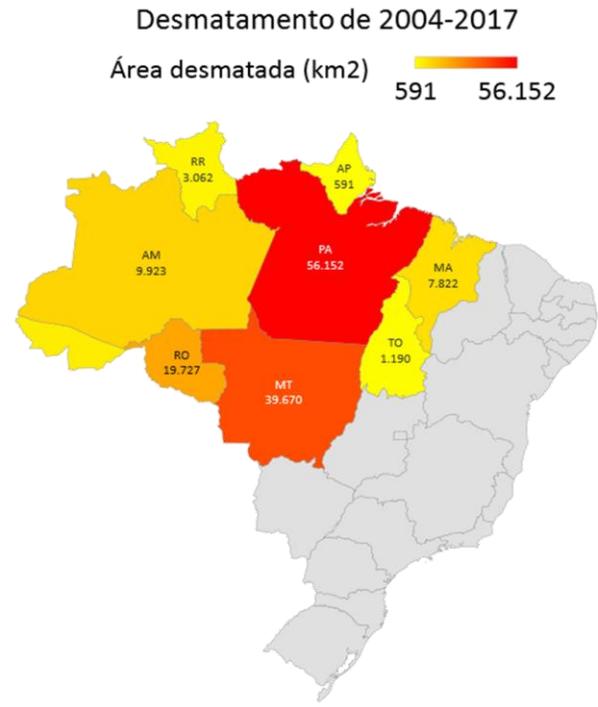
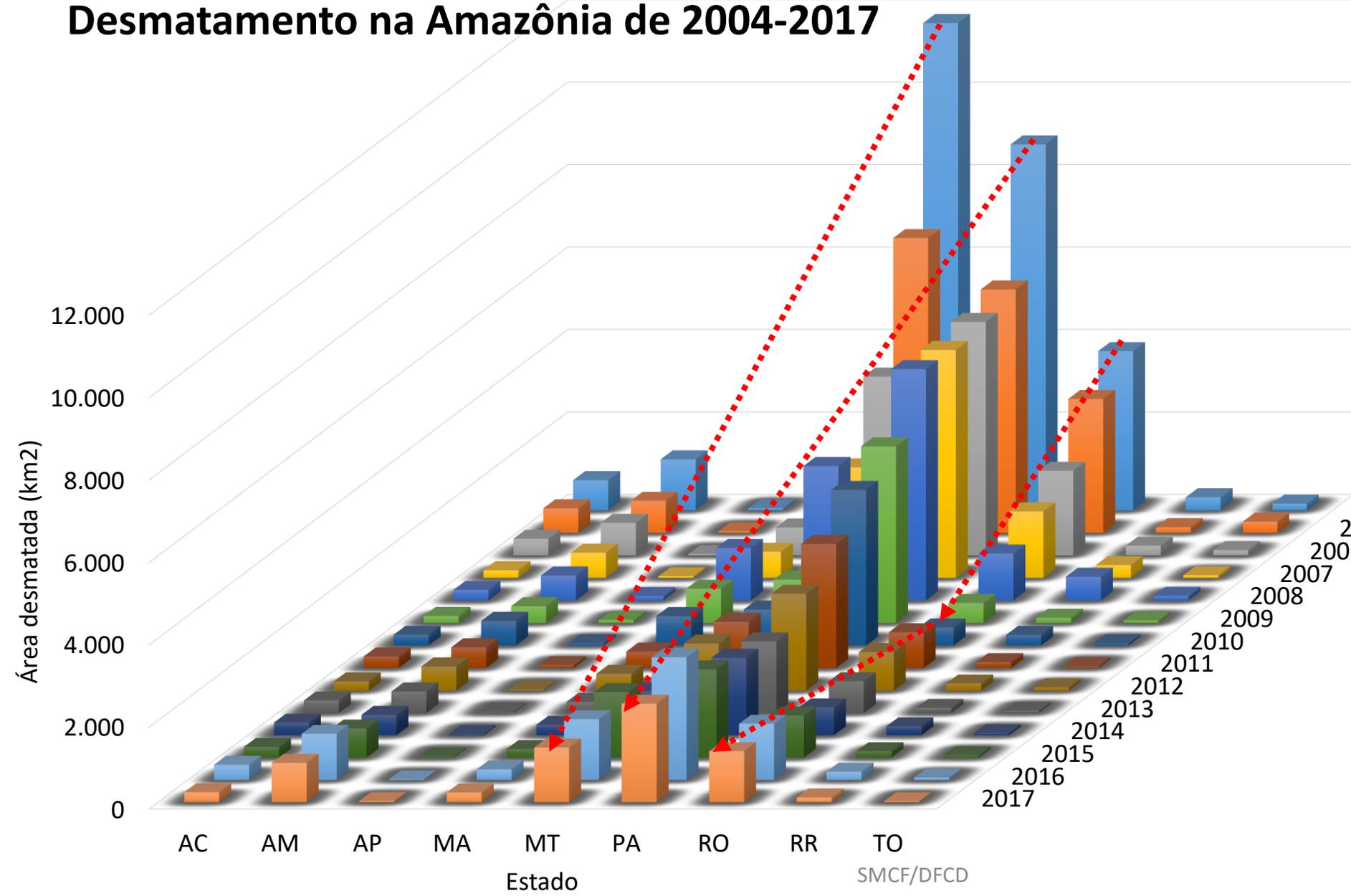
Figura I – Emissões líquidas de gases de efeito estufa no Brasil, por setor, de 1990 a 2014 (Tg = milhões de toneladas).



# Taxa de desmatamento na Amazônia

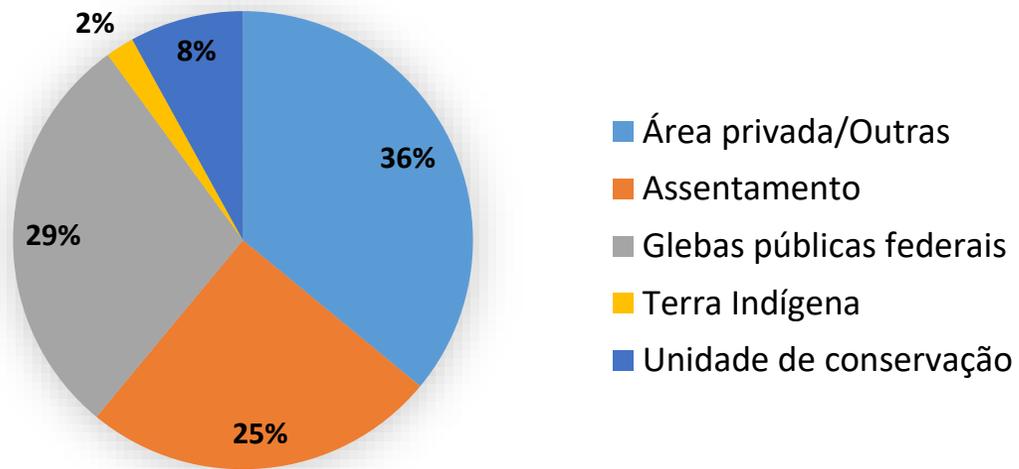


# Desmatamento na Amazônia de 2004-2017

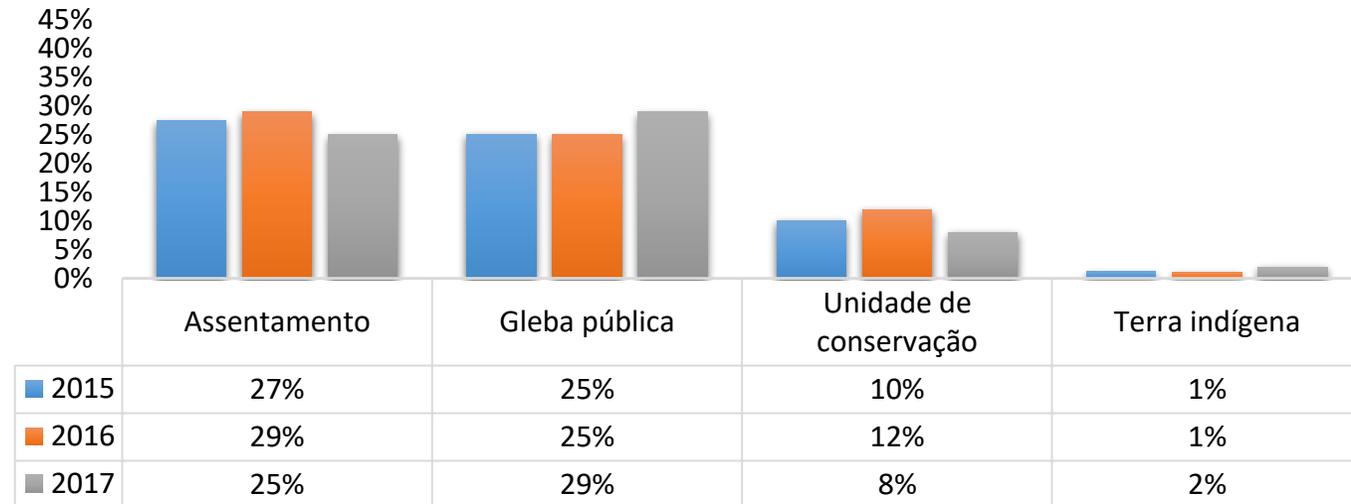


# Perfil no desmatamento na Amazônia em 2017

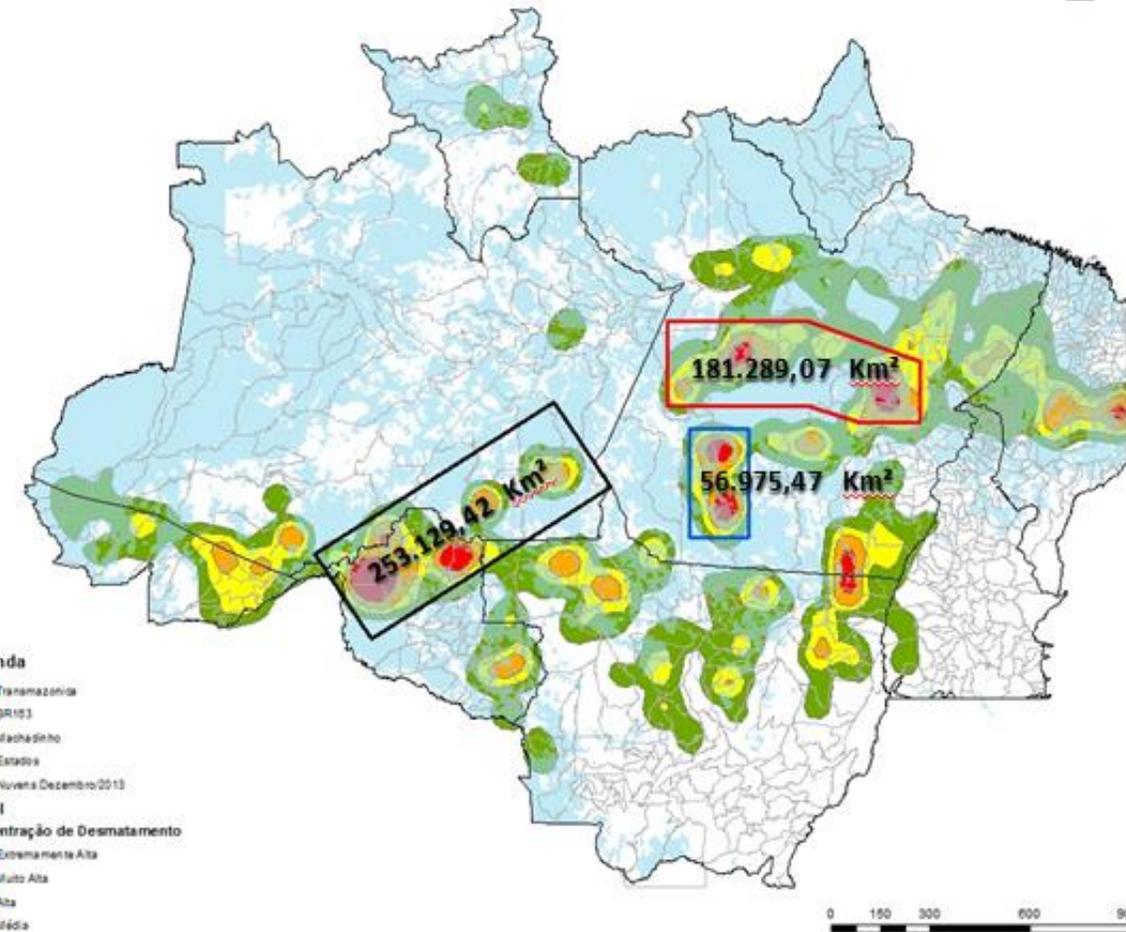
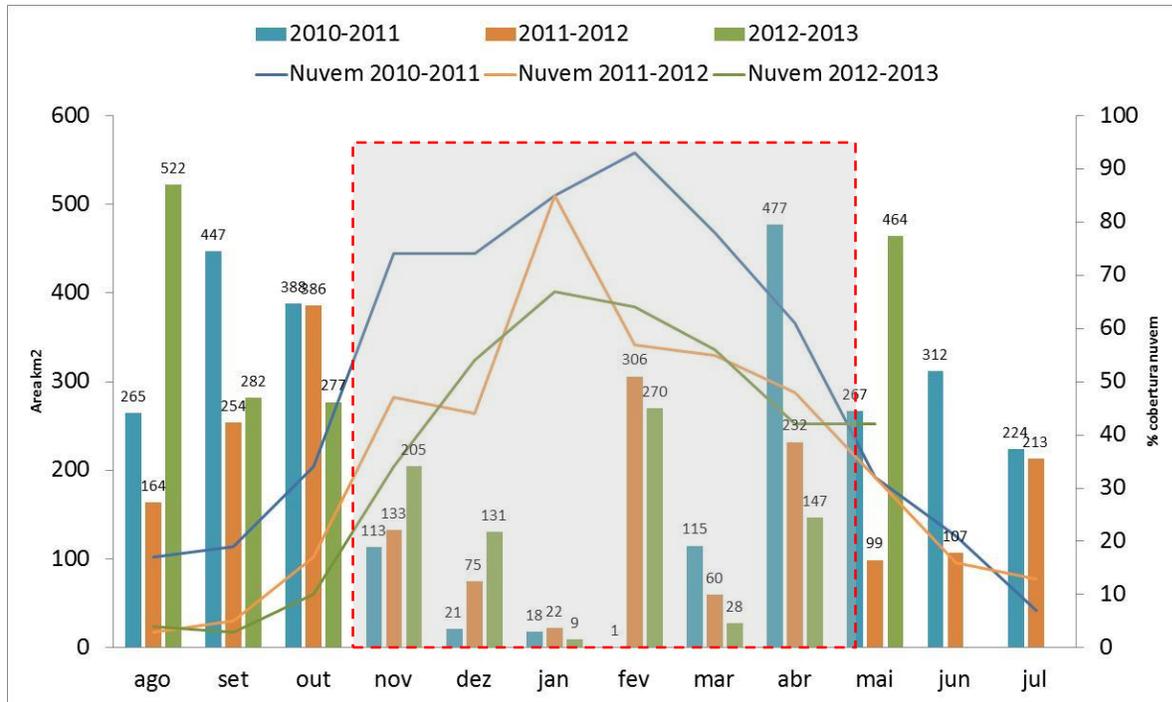
## Desmatamento e categoria fundiária



## Desmatamento e categoria fundiária



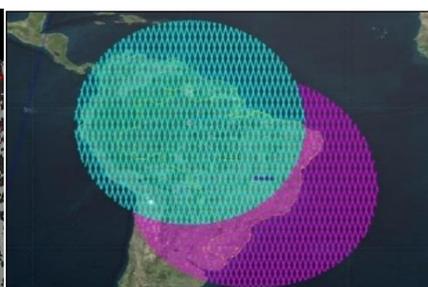
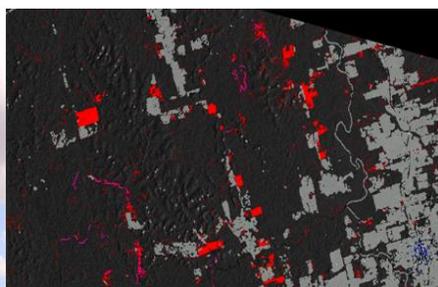
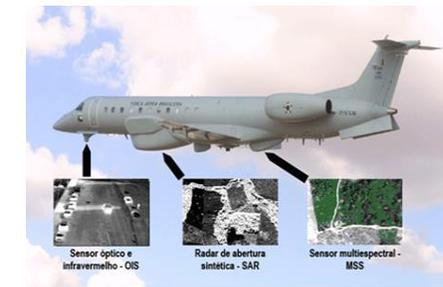
# Monitoramento: Amazônia SAR



Aéreo:  
2013 - 2014

Imagem + Aéreo:  
2016 - 2017

Telemetria + Aéreo:  
2018 - 2020



Área total : 950.000 km2

Área crítica + estado do Amapá e + 5% de reserva.

Resolução espacial: 3 a 6 metros; polígonos com 0,5 ha

# UNFCCC Acordo de Paris

## NDC do Brasil

PPCDAm e PPCerrado

Componente florestal

Fortalecimento e  
implementação do  
Código Florestal

Desmatamento ilegal  
zero na Amazônia

Restaurar e reflorestar  
12 milhões de ha de  
florestas

Promover o manejo  
sustentável de  
florestas nativas

Meta de redução de GEE

Indicativo para 2030

Reduzir em 37%  
as emissões dos  
gases de efeito  
estufa até 2025,  
em relação a  
2005

Reduzir 43%

ENREDD+

CONAREDD+

Resultados de REDD+

\$ Pagamentos por resultados de REDD+

Eixos temáticos



**Ordenamento fundiário e territorial**

**Monitoramento e controle**

**Fomento às atividades produtivas sustentáveis**

**Instrumentos econômicos e normativos**

**1. Promover a regularização fundiária**

**2. Promover o ordenamento territorial, fortalecendo as áreas protegidas**

**3. Promover a responsabilização pelos crimes e infrações ambientais**

**4. Efetivar a gestão florestal compartilhada**

**5. Prevenir e combater a ocorrência dos incêndios florestais**

**6. Aprimorar e fortalecer o monitoramento da cobertura vegetal**

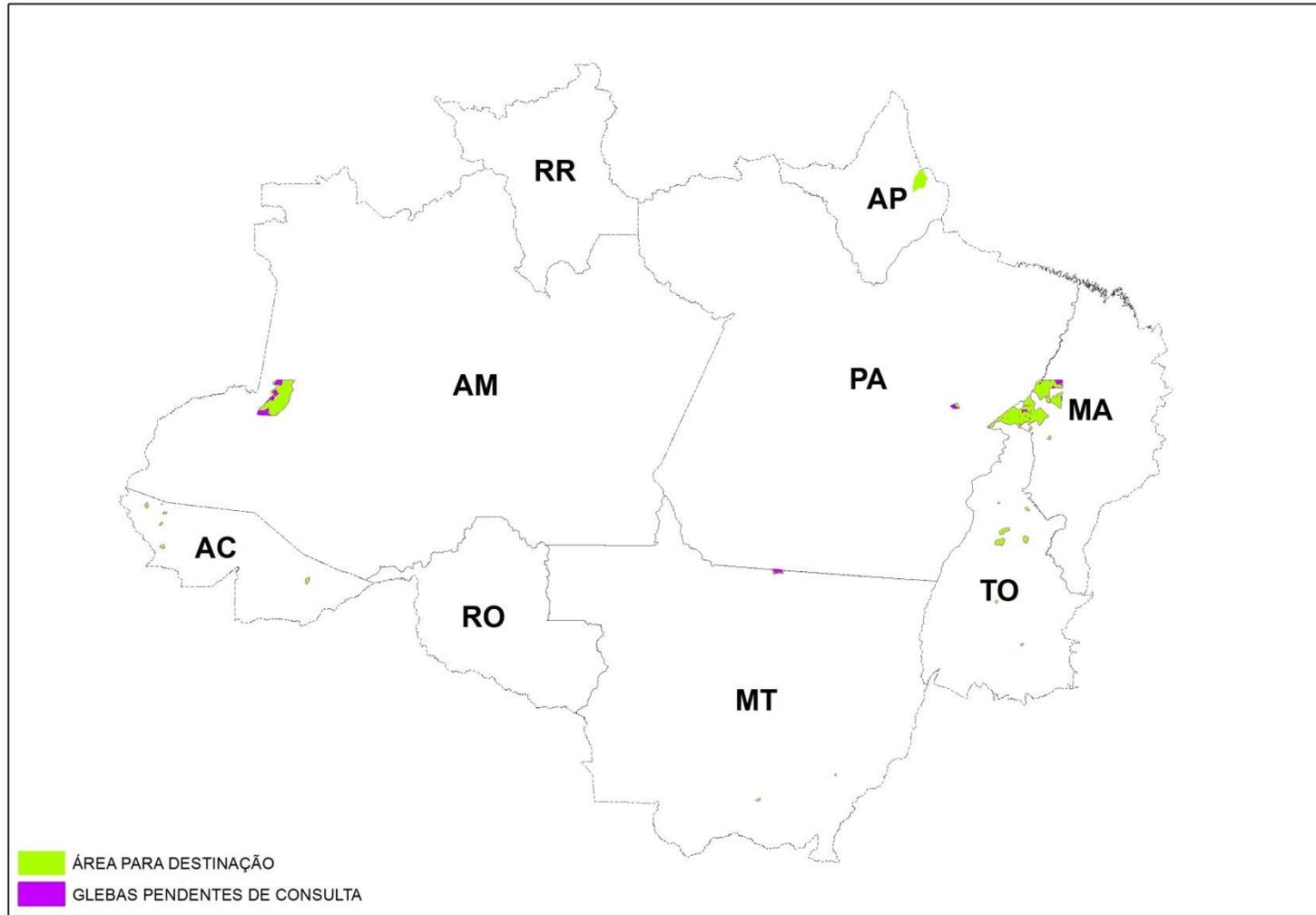
**7. Promover o manejo florestal sustentável**

**8. Promover a sustentabilidade dos sistemas produtivos agropecuários**

**9. Implementar instrumentos normativos e econômicos para controle do desmatamento ilegal**

Objetivos estratégicos

# Destinação de terras públicas



**Área Total Objeto da CT**  
• 60 milhões de ha

**Resolvido pela CT**  
• 47,8 milhões de ha

**Áreas em Estudo**  
• 10,6 milhões de ha

**Glebas Pendentes de Consulta**  
• 1,8 milhões de ha

**Áreas para Destinação pela CT**  
• 1,6 milhões de ha

**Regularização Fundiária**  
• 34,7 milhões de ha

**Títulos Emitidos**  
• 1,5 milhões de ha

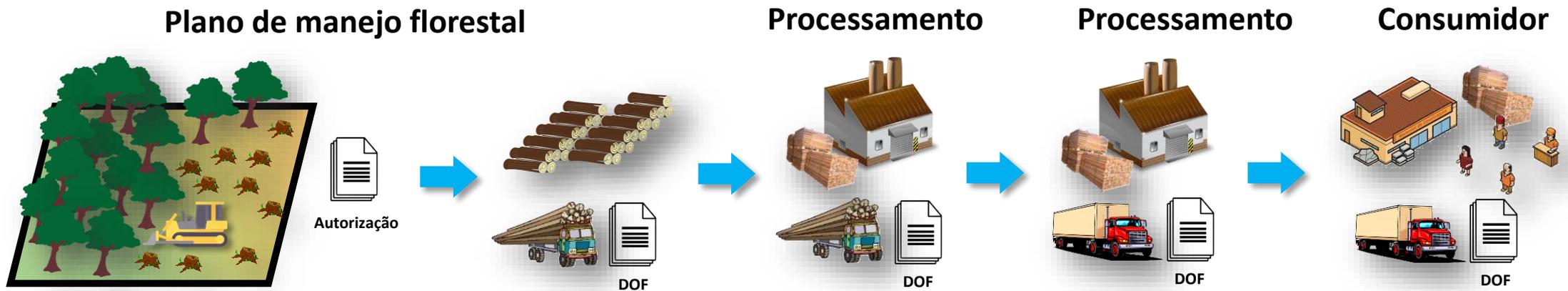
**Conservação Ambiental**  
• 7,5 milhões de ha

**INCRA**  
• 100 mil ha

**Funai**  
• 2,5 mil ha

**Outros (Pré-CT)**  
• 4 milhões de ha

# Controle da origem da madeira



**Problema: madeira ilegal**



**Controle parcial**



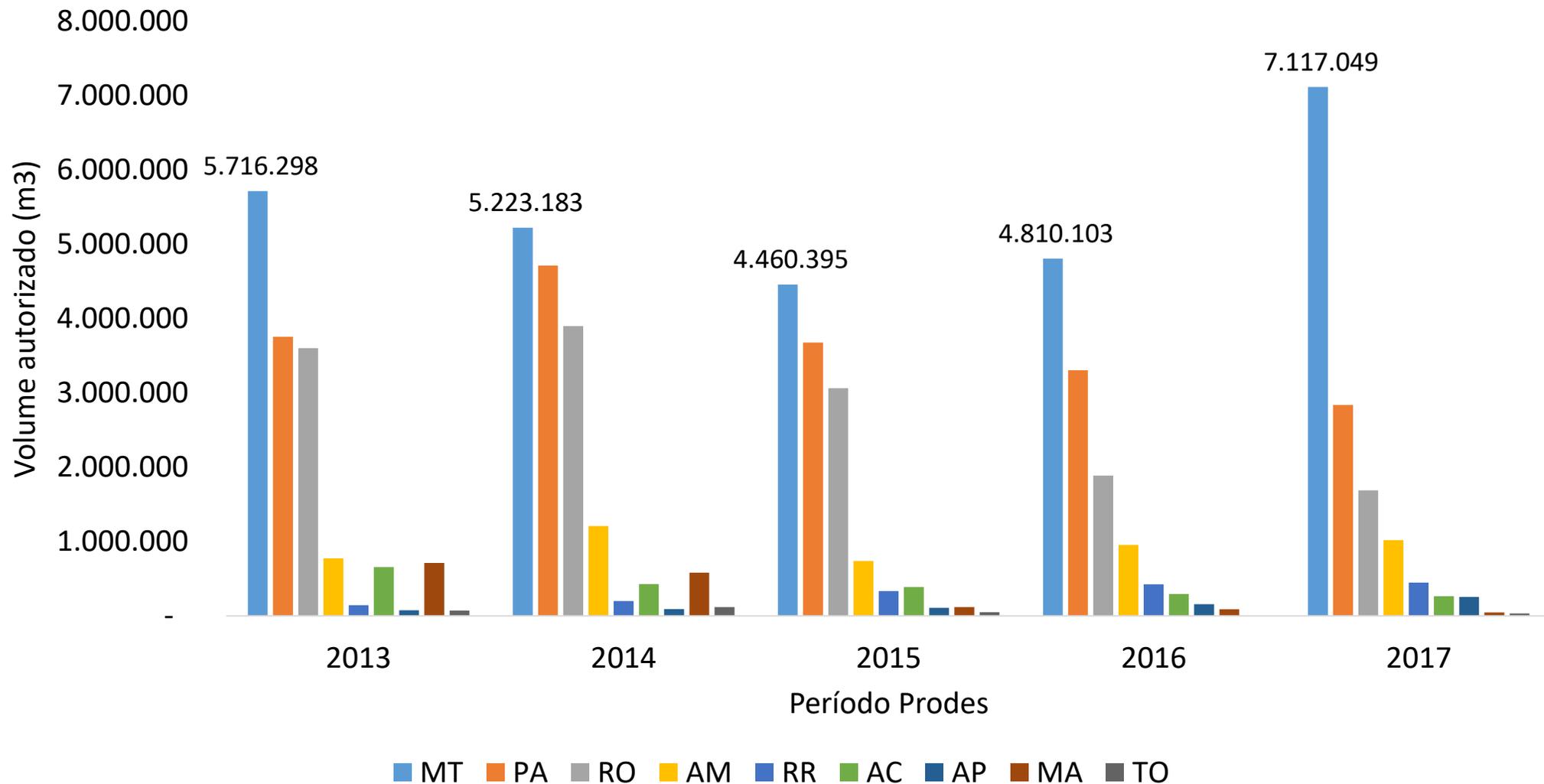
**Controle da origem em toda a cadeia**



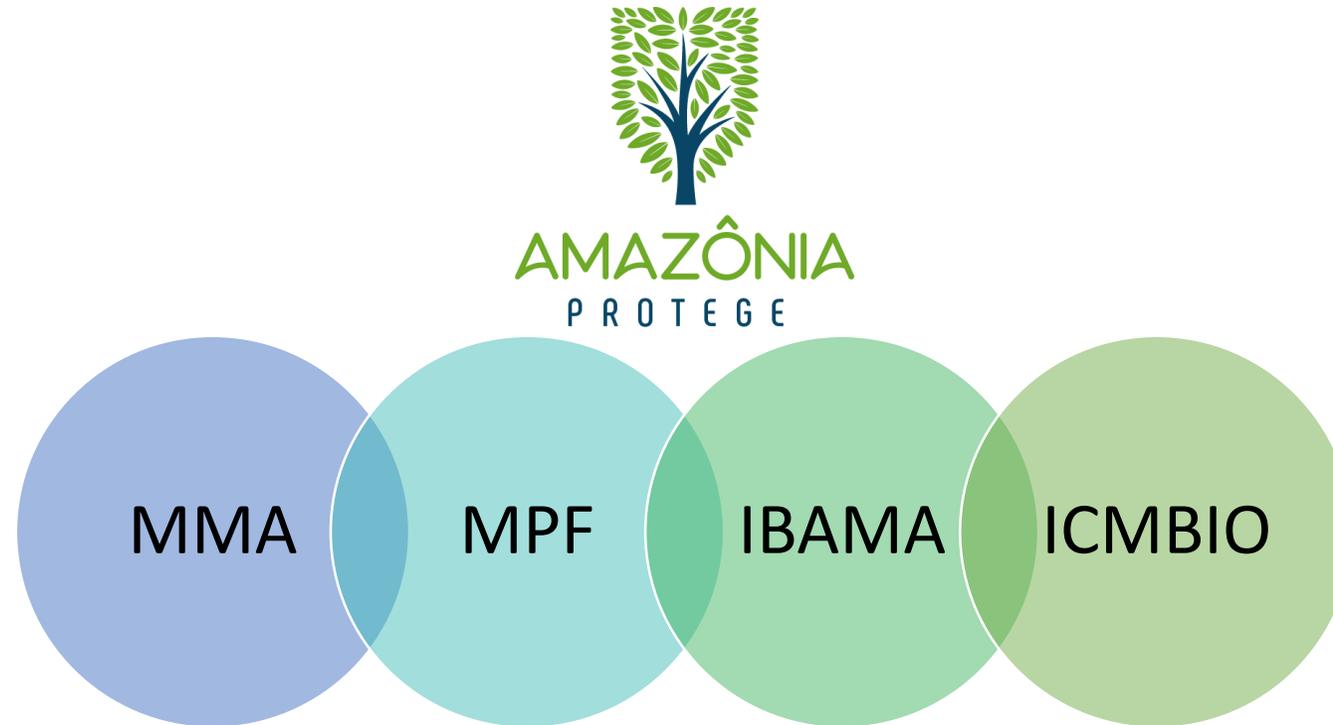
**sinaflor**

*Sistema Nacional de Controle da Origem de Produtos Florestais*

# Autorização de madeira para exploração



# Responsabilização civil



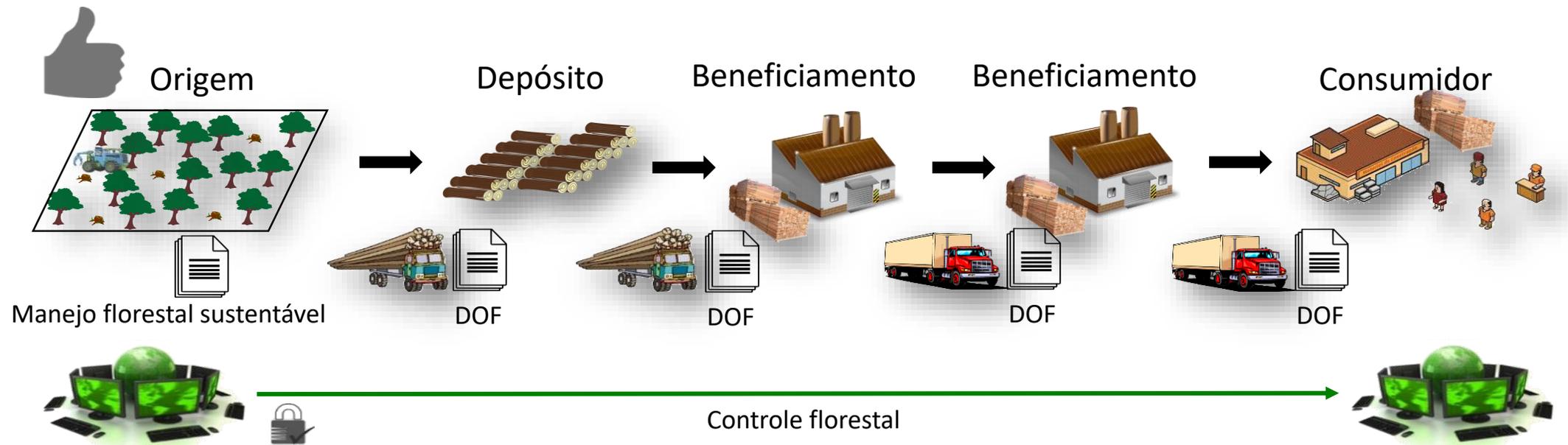
Promover a responsabilização civil em escala por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, especialmente aquelas relacionadas à vegetação nativa na Amazônia Legal e reparar os danos ambientais.

# Prevenção e controle de incêndios florestais



# Compra de madeira pela administração pública

Alteração do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que “regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e estabelece **critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal** e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública”.



# Institucionalização da PROVEG

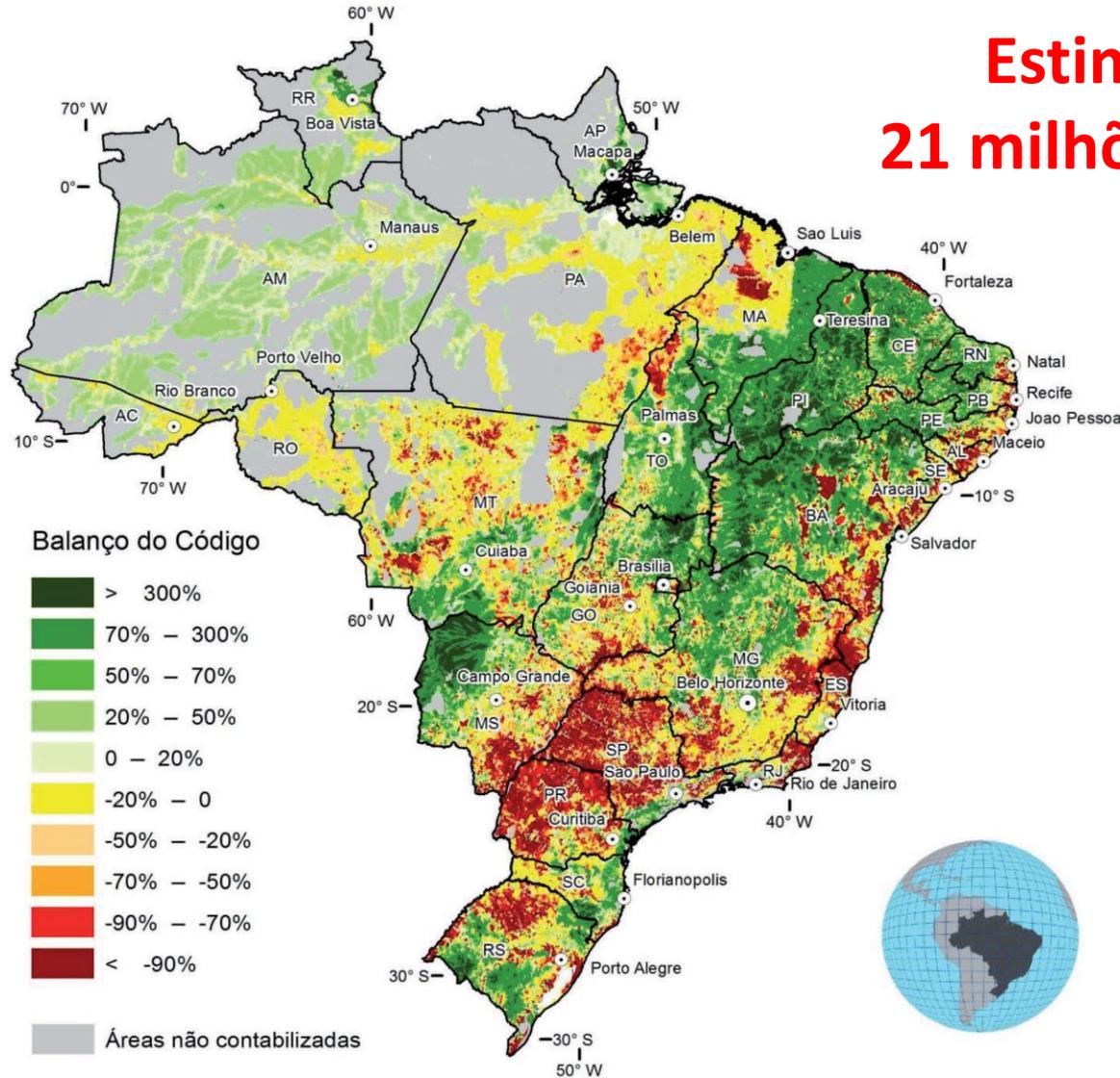
Decreto nº 8.972, 23 de janeiro de 2017, estabelece a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - PROVEG

## Objetivos

1. **Articular, integrar e promover políticas**, programas e ações indutoras da recuperação de florestas e demais formas de vegetação nativa
2. Impulsionar a **regularização ambiental das propriedades rurais brasileiras**, nos termos da Lei nº 12.651/2012, em área total de, no mínimo, doze milhões de hectares, até 31 de dezembro de 2030

# O tamanho do desafio

**Estimado:  
21 milhões de ha**



Fonte: Soares-Filho *et al.* (2014)

## Déficit de APP e RL

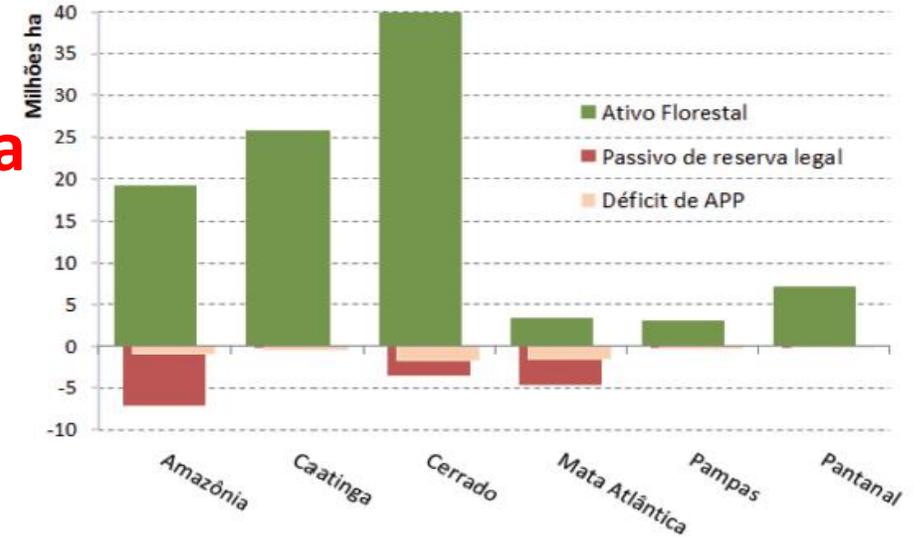


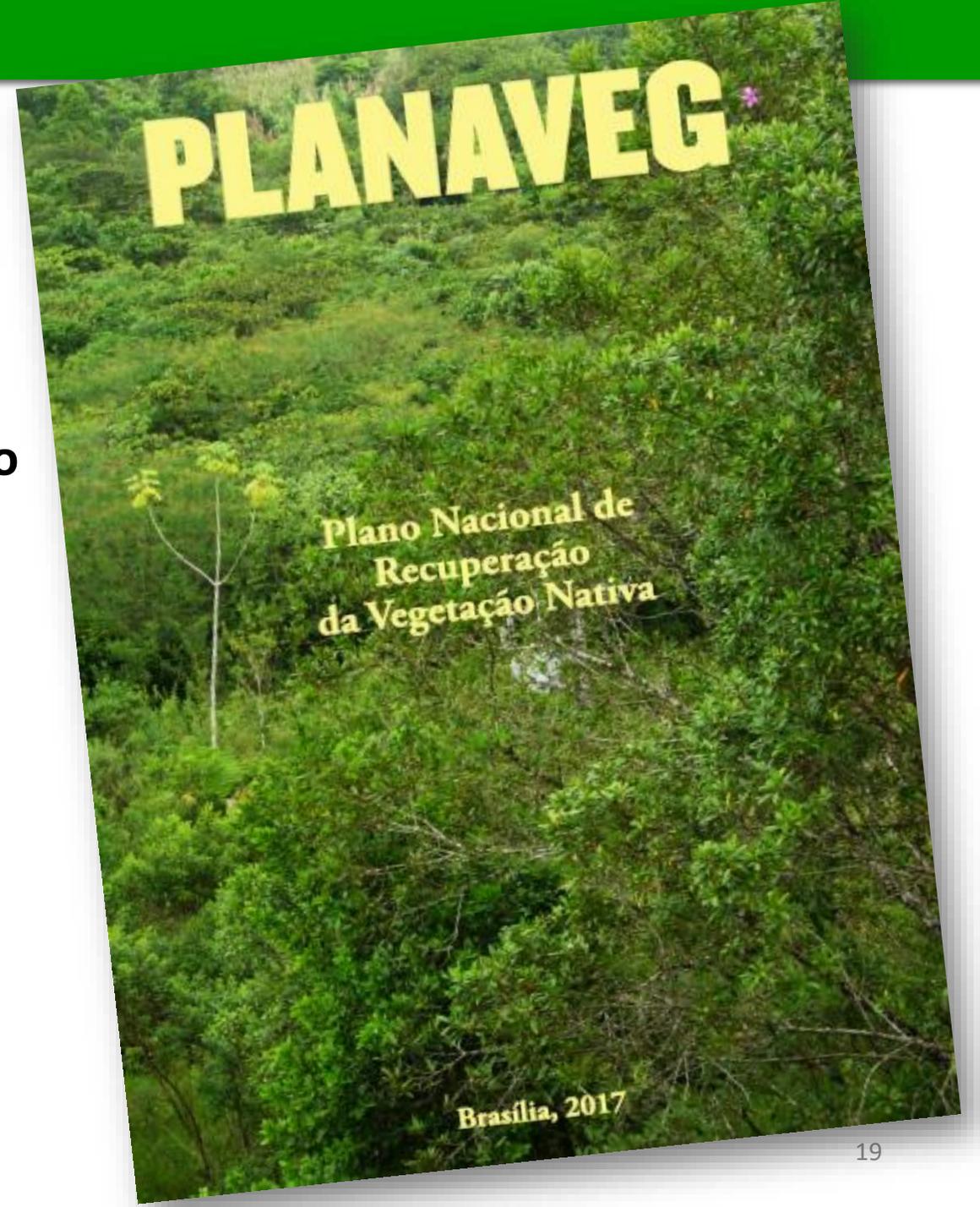
Figura 2. Síntese dos números de passivo, ativo e déficit de APP por regiões biogeográficas (Fonte: SAE, 2013).

Bioma	Déficit de RL (ha)	Déficit de APP (ha)
Amazônia	7.200.000	899.200
Mata Atlântica	4.800.000	1.400.000
Cerrado	3.700.000	1.600.000
Caatinga	332.000	417.700
Pampa	287.300	213.800
Pantanal	37.700	42.200
<b>Total</b>	<b>16.357.000</b>	<b>4.572.900</b>

Fonte: Soares-Filho *et al.* Cracking Brazil's  
Forest Code. Science, vol 344, 25 April  
2014.

## Portaria Interministerial nº 230/2017 institui o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG)

- Ministério do Meio Ambiente
- Casa Civil da Presidência da República
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Ministério da Educação



**Obrigado!**

Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento  
Secretaria de Mudança do Clima e Florestas  
Ministério do Meio Ambiente

dfcd.gab@mma.gov.br  
<http://www.mma.gov.br/>  
(61) 2028-2140